



SMS - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste

Endereço: Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga

Telefone: +55 11 2591-3011 e 2061.7468

Email: crssudestelicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90002/2026**

**PROCESSO: 6018.2026/0005092-4**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, REFORMA E PINTURA GERAL PARA ANTIGA UBS ENGENHEIRO TRINDADE.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)- UASG 925208**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/02/2026 às 10 horas**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (NÃO)**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO**

## **ÍNDICE**

### **I EDITAL**

#### Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1** Embasamento Legal;
- 2** Objeto;
- 3** Condições de participação;
- 4** Acesso às informações;
- 5** Impugnação de Edital
- 6** Apresentação da Proposta de Preços;
- 7** Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;
- 8** Etapa de Lances;
- 9** Modo de disputa aberto;
- 10** Julgamento;
- 11** Habilitação;
- 12** Fase Recursal;
- 13** Adjudicação e Homologação;
- 14** Preço e dotação
- 15** Condições do ajuste e Garantia para contratar;
- 16** Prazo para início da prestação dos serviços e condições;
- 17** Condições de recebimento e pagamento;
- 18** Das Penalidades;
- 19** Disposições Finais.

## **II ANEXOS**

- ANEXO I:** Minuta do Contrato
- ANEXO II:** Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Prestação do Serviço/Projeto Básico
- ANEXO III** Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III A** Modelo Planilha de Custos
- ANEXO IV** Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo
- ANEXO V** Modelo de Declarações
- ANEXO VI** Critérios para Análise Econômico-Financeira
- ANEXO VII** Atestado de Vistoria
- ANEXO VIII** Declaração de não visita técnica – Vistoria
- ANEXO IX** Termo de recebimento de serviços
- ANEXO X** Planilha orçamentária sem desoneração
- ANEXO XI** Cronograma
- ANEXO XII** Indicação de responsável técnico

## **PREÂMBULO**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SMS – COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE situada na Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga, São Paulo, Capital, CEP 04266-000, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de menor preço global, objetivando a prestação de serviços descrita(s) na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, REFORMA E PINTURA GERAL PARA ANTIGA UBS ENGENHEIRO TRINDADE**, conforme especificações constantes do Anexo II Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Prestação do Serviço deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/compras>) - UASG nº 925208, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **10:00 h. do dia 24/02/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/> - Secretaria Municipal de Saúde - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste.

### **1 EMBASAMENTO LEGAL**

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

### **2 OBJETO**

#### **2.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, REFORMA E PINTURA GERAL PARA ANTIGA UBS ENGENHEIRO TRINDADE.**

**2.2** Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante deste edital.



### 3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

#### 3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:

- a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) – Certificado Digital ICP-Brasil.**
  - a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**
- b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- c) **não** estejam sob processo de falência;
- c.1 É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;
- d) **não** estejam constituídas em forma de consórcio;
- e) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta
- f) **não** se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):
  - f1)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**f2)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**f3)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**f4)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**f.4.1)** As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**f5)** Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

**g)** não se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 14 da Lei nº 14.133/2021):

**g1)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**g2)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**g3)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**g4)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**g.4.1)** As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**g5)** Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

- h) que não tenham sido condenadas por agressões ao meio ambiente, ou infrações à legislação sobre segurança e saúde no trabalho nos termos da Lei Municipal nº 11.091/91.

**3.2** As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

**3.2.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 147/2014** no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.1.1** A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.1.2** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

**3.3** Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

**3.4** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

## **4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**4.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico [crssudestelicitacoes@prefeitura.sp.gov.br](mailto:crssudestelicitacoes@prefeitura.sp.gov.br).

**4.2** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

## **5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**5.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, [crssudestelicitacoes@prefeitura.sp.gov.br](mailto:crssudestelicitacoes@prefeitura.sp.gov.br), em seu corpo ou documento anexo.

**5.1.1** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a)** do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b)** do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

**5.2** Caberá ao pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

**5.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**5.4** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

- 5.5** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.
- 5.6** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.7** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

## **6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 6.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto com o VALOR DO PREÇO OFERTADO, com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.
- 6.1.1** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.1.2** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.
- 6.1.3** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 6.1.4** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 6.1.5** Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo

cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

**6.1.7** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

**6.1.8** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços e cronograma, de acordo com o formulário que segue como Anexo III deste Edital – Modelo de Proposta de Preços, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

**6.1.9** A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

## **7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**7.1** Na data e horários indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

**7.2** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

**7.3** Serão desclassificadas as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;

**7.4** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

## 8 ETAPA DE LANCES

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4 A licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do



Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

- 8.8.1** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.
- 8.8.2** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 8.8.3** Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.
- 8.8.4** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.9** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado
- 8.10** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

- 8.11** Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.
- 8.12** Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.
- 8.13** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.
- 8.14** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir de solicitação fundamentada, enviar documentos solicitados pelo Pregoeiro e proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.
- 8.15** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9 MODO DE DISPUTA ABERTO**

- 9.1** No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.
- 9.1.1** A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.
- 9.1.2** Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.1.3** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

## **10. JULGAMENTO**

- 10.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço global, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 10.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.
- 10.3** É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 10.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 10.5** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.
- 10.6** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 10.7** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como a planilha de composição de custos (Modelo anexo III A), planilha de custos com ou sem desoneração e cronograma.
- 10.8** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido

mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

- 10.9** Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.
- 10.10** Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.
- 10.11** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 10.12** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

## **11 HABILITAÇÃO**

- 11.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 11.2** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.
- 11.2.1** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 11.2.2.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 11.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

- 11.2.3** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 11.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.
- 11.4** Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.
- 11.5** A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:
- 11.5.1 Habilitação jurídica:**
- a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
  - b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
  - c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
  - d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
  - e)** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- d)** Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- e)** Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipal, estaduais e federal relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
- e.1)** No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.
- f)** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- g)** Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.

**g.1)** Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipais relacionados com a prestação licitada, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

**g.2)** Havendo apontamentos, deverá ser apresentada a Certidão de Débitos de Tributos Mobiliários Inscritos na Dívida Ativa, expedida pelo Departamento Fiscal, da Procuradoria Geral do Município, para provar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

**g.3)** Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve

à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada, conforme modelo do Anexo IV.

- h) Regularidade perante o Cadin Municipal.
- i) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

**11.5.2.1** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

**11.5.3 Qualificação econômico-financeira:**

- a) Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data **não superior a 60 dias** da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
  - a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
  - b.1) Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;
  - b.2) Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
    - b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
    - b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço



Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

- b.2.3)** Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.
- b.3)** A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no ANEXO VI será considerada inabilitada.
- c)** Patrimônio líquido ou capital social correspondente a 10% do valor da proposta comercial.

**11.5.4 Qualificação técnica:**

- a)** Certidão de Registro da empresa e de seu responsável técnico emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com validade na data de abertura do certame, onde conste a área de atuação da empresa compatível com o objeto da licitação, devendo, ainda, constar como responsável técnico da licitante 01 (um) Engenheiro;
- a.1)** Indicação do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante, sendo exigida a inscrição na especialidade de ENGENHARIA, conforme Anexo XII - Modelo de Indicação de Responsável Técnico.
- a.2)** Nos termos do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, comprovação de que o responsável técnico indicado faz parte de seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta.

A.2.1) A comprovação de que o responsável técnico e equipe técnica pertencem ao quadro permanente da empresa, deve ser feita através da apresentação de jma das condições a seguir:



- I. Da Carteira de Trabalho com a devida anotação de emprego na licitante acompanhada da Ficha de Registro de Empregado, ambas com os dados devidamente atualizados
  - II. Do contrato social em que conste o profissional como sócio
  - III. Do contrato de trabalho devidamente assinado pelas partes envolvidas.
- a.3) A proponente e seu responsável técnico deverão possuir atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(s) e/ou Termo de Responsabilidade Técnica, expedido pelo CRT da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenham sido realizado(s), que comprovem a prestação de serviço anterior, sendo que cada um deles deverá ser equivalente às características e quantidades mínimas de prova de execução de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação (executou obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado) de 50% da execução pretendida.
- b) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.
- b.1) Para fins do disposto do subitem a.3), considera-se atividade pertinente ao objeto licitado a **Prestação de Serviços de Engenharia**.
- c) Declaração de cumprimento às normas:
- NR 6 – Equipamento de Proteção Individual;
  - NR-7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO);
  - NR-9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
  - NR-10 - Segurança Em Instalações E Serviços Em Eletricidade;
  - NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde;
  - NR-35 – Trabalho em altura.

- d) Apresentar atestado(s) de vistoria técnica, conforme modelo de Atestado do Anexo VIII (FACULTATIVO), caso a empresa opte por realizar a vistoria;
- d.1) As empresas que optarem por não realizarem a visita técnica deverão apresentar  
  
a Declaração de Não Visita Técnica, conforme modelo do Anexo IX.  
(OBRIGATÓRIO, caso a empresa não realize a visita).

**11.5.5 Outros Documentos:**

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,
  - g) Declaração de não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo – ANEXO IV.
- 11.5.5.1** As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO V do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.
- 11.6** A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:
- 11.6.1** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.
- 11.6.2** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 11.6.3** Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.
- 11.6.4** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.6.4.1** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 11.6.4.2** Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

- 11.6.5** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.
- 11.6.6** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 11.6.7** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 11.6.8** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:
- a)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
  - b)** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
  - c)** Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico [https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui.aspx/sancoes.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx);
  - d)** Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos\\_e\\_servicos/empresas\\_punidas/index.php?p=9255](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255);
  - e)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- 11.6.8.1** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.
- 11.7** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 11.7.1** Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

- 11.7.1.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.
- 11.7.2** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.
- 11.7.3** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.
- 11.7.4** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 11.7.3** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

## **12 FASE RECURSAL**

- 12.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

- 12.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
- 12.3** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 12.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 12.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 12.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.
- 13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 13.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14 PREÇO E DOTAÇÃO**
- 14.1** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 14.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o

objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

**14.3** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis

**14.3.1.** Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

**14.3.2.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

**14.4** Os recursos necessários para suporte do contrato onerarão a dotação nº 84.25.10.301.4015.2.520.33903900.00.1.500.9001.0 do orçamento vigente.

## **15 CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR**

**15.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo I deste Edital.

**15.2.** Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

**15.2.1** Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

**15.2.2** Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias ou no original, com prazo de validade em vigor na data da



apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

- 15.3** O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 18 deste edital.
- 15.3.1** O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 15.3.2** O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
- 15.4** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.
- 15.4.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.
- 15.4.2** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/compras> e <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/>.
- 15.4.3** Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.



- 15.5** A contratada:
- a)** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;
  - b)** deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.
  - c)** deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou que participem da execução do objeto contratual.
- 15.6** Deverá ser prestada garantia contratual, antes da lavratura do termo contratual, no valor de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato, que será prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, com memorando a ser retirado na unidade contratante para este fim.
- 15.7** A garantia será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 15.8** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
- 15.9** O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.
- 15.10** A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.
- 15.11** A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.
- 15.12** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 15.6.

**16 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES**

**16.1** A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Minuta de Contrato (Anexo I) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços.

**16.1.1** O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta/cronograma, no local e horário discriminados no Anexo II deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

**16.1.2** Os serviços deverão ser concluídos no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data estabelecida na Ordem de Início dos Serviços, conforme cronograma.

**16.1.3** A CONTRATADA deverá solicitar dilação de prazo mediante ofício protocolado na DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO (DOM) – CRS Sudeste – Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga, com justificativa pertinente em até 10 (dez) dias de antecedência do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

**16.1.4** A Ordem de Início será emitida pelo Setor de DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO (DOM) – CRS Sudeste, compete à contratada apresentar à contratante, em até 05 (sete) dias úteis após sua assinatura, com o recolhimento junto ao CREA da anotação de responsabilidade técnica (ART), relativa ao período de vigência do serviço a ser executado;

**16.1.5** A contratada deverá elaborar um cronograma de entrega de execução dos serviços, para não afetar o andamento normal das atividades realizadas nas áreas onde os serviços serão executados;

**16.1.6** A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

**16.1.7** Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

## **17 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**17.1** As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital.

**17.2** Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

## **18 PENALIDADES**

**18.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 62.100/22.

**18.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

**18.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

**18.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

**18.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim,

garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

- 18.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:
- 18.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
- 18.4.2** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
- 18.4.3** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- 18.4.4** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 18.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 18.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste – Assessoria Jurídica, e protocolizado nos dias úteis, das 09 às 16 horas, Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga – São Paulo/SP.
- 18.6.1** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 18.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

**18.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

## **19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**19.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**19.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**19.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**19.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**19.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 19.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 19.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21
- 19.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 19.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro, se for o caso, as Unidades competentes.
- 19.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 19.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 19.12** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 19.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 19.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-a o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21
- 19.15** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

- 19.16** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 19.17** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/>, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- 19.18** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 19.19** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://www.gov.br/compras>
- 19.20** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 19.21** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2026.

**DANILO RICARDO**

Assinado de forma digital por

DANILO RICARDO

**ALOTA:304861218**

ALOTA:30486121810

**10**

Dados: 2026.02.03 15:48:01

Pregoeiro: 03700 SUDESTE

## ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO : XXXXX

TIPO : MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de São Paulo – SMS/CRS SUDESTE

CONTRATADA:

VALOR DO CONTRATO:

DOTAÇÃO A SER ONERADA:

NOTA DE EMPENHO:

O Município de São Paulo, por sua ..... (*indicar a Pasta ou unidade contratante*), neste ato representada por ....., adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa....., com sede na ....., nº ....., Bairro: ..... Cidade: ....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº ....., neste ato representada por seu representante legal ..... (*qualificação completa, RG e CPF*), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho de fls. ...., do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de ....., para .....



- 1.2** Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante deste edital.

## **CLÁUSULA SEGUNDA**

### **DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 2.1** A prestação dos serviços será executada em ....

## **CLÁUSULA TERCEIRA**

### **DO PRAZO CONTRATUAL**

- 3.1** Os serviços deverão ser concluídos no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data estabelecida na Ordem de Início/cronograma, na forma do artigo 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA QUARTA**

### **DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1** O valor estimado da presente contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondendo à remuneração dos seguintes itens:

**(inserir quadro de composição de serviços e valores unitários)**

- 4.2** Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 4.3** Para fazer às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº ....., no valor de R\$ .....(.....), onerando a dotação orçamentária nº ..... do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.
- 4.4** Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores

devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

- 4.5** As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA**

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1** São obrigações da CONTRATADA:
- a)** Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;
  - b)** Garantir total qualidade dos serviços contratados;
  - c)** Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, ANEXO II do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;
  - d)** Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
  - e)** Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;
  - f)** Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;
  - g)** Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de

trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

- h)** Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;
  - i)** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
  - j)** Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
  - k)** Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.2** A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 6.1** A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo II do Edital, cabendo-lhe especialmente:
- a)** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
  - b)** Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
  - c)** Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
  - d)** Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange

a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;

- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- i) Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022;
- j) Atestar a execução através do Fiscal do Contrato a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

**6.2** A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

**6.3** A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

## **CLÁUSULA SETIMA**

### **DO PAGAMENTO**

- 7.1** O pagamento será realizado em parcela única no final da execução contratual ou em até 3 vezes, de acordo com as medições, conforme opção da empresa
- 7.1.1** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data do adimplemento da parcela executada no item 7.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas
- 7.1.2** Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.
- 7.2** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.
- 7.2.1** No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151 de 17 de maio de 2012.
- 7.2.2** Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal

nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/12 e da Portaria SF nº 124/22.

**7.3** Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

**7.4** A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b)** Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c)** Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
- d)** Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- e)** Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- f)** Folha de Medição dos Serviços;

**7.4.1** Em se tratando de empresa, também deverá apresentar:

- a)** Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual;
- b)** Folha de frequência dos empregados vinculados à execução contratual;
- c)** Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;
- d)** Cópia do Protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
- e)** Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao pedido de pagamento;
- f)** Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura vencida;

- g)** Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.
- 7.4.2** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 7.5** Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.
- 7.6** A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 7.4.2, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.
- 7.7** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.
- 7.8** Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

## **CLÁUSULA OITAVA**

### **DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO**

- 8.1** O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.
- 8.2** O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos artigos 124 a 136 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.3** A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.4** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 8.5.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua

continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- 8.6** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.7** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

## **CLÁUSULA NONA**

### **DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

- 9.1** A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, Anexo II do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.
- 9.2** A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
- 9.2.1** A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 9.3** O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.
- 9.4** O objeto contratual será recebido mediante relatório de medição dos serviços executados no período proposto em cronograma, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.
- 9.5** Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções



cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

- 9.5.1** O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo II, verificadas posteriormente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

### **DAS PENALIDADES**

- 10** Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 10.4, com as seguintes penalidades:
- a)** advertência;
  - b)** impedimento de licitar e contratar; ou
  - c)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 10.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 10.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
  - b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.
- 10.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho/contrato, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
  - b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

- 10.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.
- 10.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 10.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.
- 10.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:
- 10.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
- 10.4.2** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
- 10.4.3** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- 10.4.4** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 10.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 10.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste – Assessoria Jurídica, e protocolizado nos dias úteis, das 09 às 16 horas, Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga – São Paulo/SP.

- 10.6.1** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 10.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.
- 10.9** A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 10, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- 10.9.1** Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 12 (doze) meses.
- 10.9.2** Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.
- 10.10** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

**10.10.1** Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

**10.10.1.1** No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**10.11** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 2**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,6% do valor mensal do contrato
5	3,2% do valor mensal do contrato
6	4,0% do valor mensal do contrato

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência

4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
10	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por dia

**Para os itens a seguir, deixar de:**

12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência

16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por ocorrência
19	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
20	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
21	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida no Edital e seus anexos.	1	Por empregado e por dia
22	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
23	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
24	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia
25	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
26	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados	4	Por ocorrência

	mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.).		
27	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
28	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário.	2	Por item e por dia
29	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
30	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência
31	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
32	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante.	2	Por dia
33	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade do sistema predial.	4	Por ocorrência

**10.12** A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

**10.13** Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou

instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

- 10.14** A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.
- 10.15** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 10.15.1** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.
- 10.15.2** Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 10.15.3** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 10.17** Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 10.18** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

### **DA GARANTIA**

- 11.1** Para execução deste contrato, apresentou-se documento comprobatório da garantia sob o nº ..... no valor de R\$ ....., correspondente ao importe de ..... do valor total do contrato, sob a modalidade ....., nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, observado o quanto disposto na Portaria SF nº 122/2009.



- 11.1.1. Sempre que o valor contratual for aumentado, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
- 11.1.1.1. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.
- 11.1.2. A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.
- 11.1.3. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.
- 11.1.4. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 11.2. A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 270 (duzentos e setenta) dias, além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº 2/2012 da PGM.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 12.2** Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

- 12.3** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 12.4** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 12.5** A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.
- 12.6** A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.7** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos na habilitação do licitante.
- 12.8** Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública do pregão sob fls \_\_\_\_ e \_\_\_\_ do processo administrativo nº 6018.2026/0005092-4.
- 12.9** O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/22, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.
- 12.10** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de

qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

#### **DO FORO**

- 13.1** Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, dd de mmm de aaaa.

**Prefeitura do Município de São Paulo**

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

**Nome:**

**RG:**

**Cargo:**

**TESTEMUNHAS:**



**SMS - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste**

**Endereço:** Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga

**Telefone:** +55 11 2591-3011 e 2061.7468

**Email:** crssudestelicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**PROCESSO:**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/LAYOUT**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E PITURA GERAL DA  
ANTIGA UNIDADE UBS TRINDADE.**

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.
2. DO OBJETO
3. INFORMAÇÕES GERAIS
4. SERVIÇOS TÉCNICOS
5. SERVIÇOS PRELIMINARES
6. DEMOLIÇÕES E RETIRADAS
7. FUNDAÇÕES
8. ESTRUTURA
9. ACESSIBILIDADE
10. PINTURA
11. VEDOS
12. IMPERMEABILIZAÇÃO
13. LIMPEZA
14. ÂMBITO DOS SERVIÇOS
15. VISTORIA
16. MEDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO
17. TERMO DE RECEBIMENTO
18. FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA
19. DISPOSIÇÕES GERAIS

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente memorial destina-se a identificação e especificação dos materiais, elementos construtivos e procedimentos que deverão compor a execução da Obra, tomando-se como base as exigências do Departamento de Edificações (EDIF) da Secretaria de Infraestrutura e Urbana Cidade de São Paulo, Normas Técnicas Brasileiras (NBR's) e Resoluções da Diretoria Colegiada da Vigilância Sanitária (RDC's).

## **2. DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Engenharia para reforma e pintura geral para antiga UBS Trindade, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **1.2 OBJETO DE CONTRATAÇÃO**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO SERVIÇO</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1	REFORMA E PINTURA EM GERAL	Unidade	1

## **3. INFORMAÇÕES GERAIS**

O Projeto Executivo incluso e consequentemente a obra deverá seguir as orientações do Estudo Preliminar anexado neste Memorial Descritivo. E quando necessária alguma revisão para atendimento de norma ou qualquer outra regulamentação, antes da execução do serviço, consultar a Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste.

É de responsabilidade das empresas durante a elaboração das propostas comerciais, conferirem todas as medidas e quantidades descritas.

Qualquer divergência ou ressalva deverá ser observada na apresentação da primeira proposta, caso contrário, será de total responsabilidade da CONTRATADA a sua execução e custo.

Qualquer serviço omissos no presente memorial ou planilha de serviço, porém identificado como tecnicamente necessário para a reforma e pintura geral da Unidade supracitada neste Termo, deverá ser executado pela CONTRATADA.

O Projeto Executivo e Obra deverão ser executados, seguindo preceitos técnicos de boa qualidade e segurança.

O presente documento especifica de um modo geral os materiais a serem empregados neste projeto. Quando houver divergência ou omissão prevalece à especificação indicada no memorial, plantas e planilha.

Quando se indica modelo ou fabricante pretende-se estabelecer a qualidade desejada devendo ser obrigatoriamente empregada na elaboração da proposta.

Antes do início de qualquer etapa dos trabalhos, principalmente na fase de acabamento, deverá ser confirmada a padronização dos materiais junto a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo, principalmente no que se refere às cores das tintas aplicadas.

A Construtora, à qual for delegada a execução da obra, se compromete a respeitar integralmente as especificações do projeto de arquitetura e do presente memorial, sendo relevante lembrar que não serão aceitos serviços que estejam em desacordo com os mesmos.

Entende-se que qualquer material ou equipamento a ser utilizado deverá ser de primeira qualidade, de fabricantes tradicionais e com garantia de utilização.

A Construtora contratada não poderá suprir, alterar ou acrescentar qualquer tipo de serviço ou material sem prévia autorização por escrito da Autora do Projeto. A Construtora se responsabiliza por todas as instalações de canteiro de obras, incluindo sanitários, almoxarifados, escritório e instalações provisórias que se fizerem necessárias no decorrer da obra, assim como da segurança patrimonial dos mesmos.

A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às prescrições e normas da ABNT.

A obra deverá ser entregue em perfeito estado de conservação, com todos os serviços contratados totalmente executados e limpos. Todos os andaimes, entulhos, lixos, restos de materiais de obra, deverão ser retirados pela Construtora, assim como todas as instalações provisórias deverão ser desmontadas e removidas ao término da obra. Em todos os serviços de remoção e demolição deverá ser considerado custo de mão de obra, bota fora e tudo o que for necessário para a execução dos serviços. Todo o entulho ou material retirado deverá ser transportado imediatamente, para evitar acúmulos de resíduos de obra.

A empresa terceirizada contratada pela Construtora para retirada desse material deverá estar cadastrada na PMSP e possuir autorização junto a CETESB.

Eventuais reparos, manutenção inicial ou serviços em desacordo, quer da própria Construtora, fornecedores ou de terceiros, deverão ser corrigidos de imediato, sendo que as despesas serão de responsabilidade da Construtora contratada.

A obra deverá ser entregue em perfeito estado de conservação, com todos os serviços contratados totalmente executados e limpa.

Todos os serviços serão executados de acordo com códigos, normas e especificações brasileiras pertinentes, sendo a construtora responsável pela pesquisa de todos os códigos, normas e especificações, devendo ser utilizadas as edições mais recentes.

A citação específica de uma norma, especificação etc., em alguns itens, não elimina o cumprimento de outros aplicáveis a cada caso.

Os elementos descritos e contidos no projeto deverão ser considerados, mesmo não sendo mencionados expressamente neste memorial.

A presente especificação de materiais de acabamento, bem como os desenhos e memoriais respectivos, deverá ser usada em conjunto, pois se complementam.

É de responsabilidade da construtora contratada a execução fiel de todos os projetos. Em caso de impossibilidade (por interferências alheias a vontade), a construtora se responsabiliza pela elaboração de as-built além de se responsabilizar pela total segurança das instalações feitas. Entretanto, antes de qualquer alteração a construtora contratada 5 deverá consultar os autores dos



projetos e o gerenciador da obra que deverão dar autorização expressa para que as alterações sejam feitas.

A construtora deverá atender na íntegra os itens relativos à execução da obra do Manual de Sustentabilidade para Edificações Públicas elaborado pela Secretaria Municipal de Serviços e Obras da Prefeitura Municipal de São Paulo de tal forma que se obtenha o máximo da pontuação indicada nos critérios de certificação e consequentemente o Selo EDIF.

#### **4. SERVIÇOS TÉCNICOS**

Reforma e pintura geral conforme estudo preliminar desenvolvido pela CRS Sudeste.

#### **5. SERVIÇOS PRELIMINARES**

- Proteção e isolamento de áreas de intervenção
- As valas de fundação e outras partes subterrâneas deverão ser executadas de acordo com o projeto específico elaborado através da CONTRATADA.

#### **6. DEMOLIÇÕES E RETIRADAS**

As demolições deverão ser planejadas de forma a evitar riscos ao pessoal envolvido nos trabalhos ou causar risco de danos. Evitar que a poeira invada a via pública e os prédios vizinhos. Deverão ser instalados tapumes e andaimes de modo a evitar qualquer acidente e circunscrever o trabalho de demolição dentro dos limites do terreno;

Deverão ser tomadas providências quanto à proteção contra danos aos operários e observar prescrições da norma reguladora NR 18 e NBR 5682/77 – Contrato, execução e supervisão de demolição.

A demolição deverá ser feita utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados. O material deverá ser transportado para local conveniente e posteriormente retirado da obra como entulho.

Antes do início dos serviços, a CONTRATADA procederá a um minucioso e detalhado exame e levantamento da edificação ou estrutura a ser demolida, além de verificar as exigências municipais e as prescrições da NBR-5682.

Deverão ser identificadas linhas de abastecimento de energia, água, gás, esgotos, águas pluviais, telefone, etc.

A CONTRATADA deverá receber a autorização da CONTRATANTE, para iniciar os serviços de demolição que se fizerem necessários, respeitando as normas e determinações das empresas concessionárias e estabelecendo o procedimento adotado com os materiais reaproveitáveis.

## **7. FUNDAÇÕES**

A execução da fundação deve estar obrigatoriamente de acordo com o Projeto Estrutural específico da obra e atendendo as Normas Técnicas vigentes da ABNT que regem o assunto, verificar projeto específico.

O tipo de fundação deverá seguir as recomendações de segurança após elaboração de Relatório Técnico de Geotécnica, pós Relatório de Sondagem a Percussão, Levantamento de cargas e Norma ABNT NBR 6122/2019 – Projeto e execução de Fundações.

Deverão ser observadas interferências da fundação com o projeto elétrico e hidrossanitário, prever as passagens para as tubulações tanto na horizontal como na vertical nas vigas e lajes.

## **8. ESTRUTURA**

A execução deverá obedecer rigorosamente o memorial descritivo, Projeto Estrutural específico da obra, as especificações de projeto bem como as normas técnicas da ABNT que regem o assunto e Cálculo estrutural do projeto específico;

As passagens das tubulações através dos elementos estruturais deverão obedecer rigorosamente às determinações do projeto, não sendo permitida a mudança de posição das mesmas.

A estrutura deverá ser executada de acordo com o Projeto e Termo de Referência. Os pilares e vigas serão de concreto obedecendo às determinações do projeto específico de estrutura de concreto e de acordo com o cálculo estrutural; Todas as peças estruturais (pilares e vigas) aparentes não serão emassadas, portanto deverão ter acabamento liso para receber pintura. Toda estrutura deverá ser executada obedecendo às medidas e os posicionamentos conforme estrutura pré existente. Todos vãos de portas e janelas, cujas partes superiores não venham a facear vigas ou lajes, terão vergas e contra vergas de concreto, armadas em todo o vão conforme critério: vãos de até 1,20m: acréscimo de 0,60m para o comprimento da verga/contra verga, vãos entre 1,20m e 2,00m: acréscimo de 0,90m para o comprimento da verga/contra verga, vãos acima de 2,00m: acréscimo de 1,20m para o comprimento da verga/contra verga.

## **9. ACESSIBILIDADE**

Todos os itens referentes à Acessibilidade deverão ser executados na Obra deverá atende e obedecer na íntegra a NBR 9.050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos).

## **10. PINTURA**

Deverá ser executado conforme código SIURB 15001016 (Tinta acrílica e recobo com massa corrida). Todos os itens metálicos deverão ser lixados, receber fundo protetor e pintura esmalte sintético acetinado na cor branco neve. O emprego de cores para identificação de tubulações deverá seguir a NBR 6.493. A cor da pintura interna e externa, tetos e portão serão definidos na Ordem de início.

## **11. VEDOS**

As alvenarias deverão obedecer às posições e dimensões das paredes constantes no Estudo de Projeto. As cotas de espessura de paredes no projeto arquitetônico consideram revestimento, espessura do tijolo mais uma camada de emboço de 1,5 cm em cada face. As fiadas deverão ser travadas, alinhadas, niveladas e aprumadas.

11.1 As alvenarias deverão obedecer rigorosamente às dimensões e espessuras de paredes acabadas do Projeto Executivo Arquitetônico;

As alvenarias deverão ser assentadas com argamassa de cimento, cal e areia e receber revestimento nas duas faces.

## **12. IMPERMEABILIZAÇÃO**

### **Revestimento Impermeabilizante**

- Executar a impermeabilização dos baldrames, sapatas corridas, alvenarias de embasamento, muros de arrimo e em áreas em contato direto com terra e umidade do solo, com revestimento impermeável rígido composto por: argamassa de cimento, areia peneirada e aditivo hidrofugo;
- O revestimento deverá ser aplicado na face em contato com a terra. Somente em locais inacessíveis impermeabilizar a face oposta;
- Sobre as superfícies secas, deverão ser aplicadas 03 (três) camadas do revestimento rígido impermeável, cada camada com espessura de aproximadamente 01 (um) cm de espessura, perfazendo a espessura total de 3 cm.
- Como acabamento, deverão ser aplicadas 02 (duas) demãos de tinta betuminosa após revestimento impermeabilizante.

### **Impermeabilização com Manta Asfáltica com Armadura de Poliéster**

- Será utilizada na impermeabilização de lajes da cobertura conforme necessário;
- Será utilizada manta asfáltica com armadura de poliéster na espessura de 04 (quatro) mm;
- Além dos pisos, deverão ser impermeabilizadas, as superfícies laterais das paredes até uma altura mínima de 40 cm;
- As superfícies a impermeabilizar deverão apresentar-se limpas, secas e isentas de partículas soltas; pequenas falhas devem ser regularizadas com argamassa de cimento e areia 1:3, amassada com solução de água e emulsão adesiva no traço 1:1, após prévio umedecimento com uma solução de água e emulsão adesiva 50%;
- Todos os cantos e quinas deverão estar arredondados;

- Será obrigatória a execução do teste de estanqueidade na impermeabilização da laje.

### **13. LIMPEZA**

A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, apresentando o funcionamento para todas as instalações, equipamentos e aparelhos pertinentes à mesma, com todas as ligações às redes de serviços (água, esgoto, luz e força, etc.). Todo o entulho proveniente de serviços e obras efetuadas, bem como sobras de materiais e também as instalações e equipamentos utilizados na execução dos trabalhos deverão ser retirados da área pela empreiteira responsável. Durante o desenvolvimento da obra, será obrigatória a proteção adequada nos revestimentos de pisos concluídos, nos casos em que a duração da obra ou a passagem obrigatória de operários assim o exigirem. Os respingos de tintas deverão ser removidos com nafta ou querosene, lavando-se em seguida com água e sabão.

### **14. ÂMBITO DOS SERVIÇOS**

Caberá à CONTRATADA, a execução de todas as etapas do Projeto e construtivas dos serviços, assim como, o fornecimento dos materiais, implementos, acessórios e pertences apresentados em projeto e equipamentos necessários à completa execução dos mesmos, além de fornecimento total de mão de obra, assumindo os encargos daí decorrentes. A mão de obra a ser empregada pela Construtora deverá ser idônea, capaz de proporcionar acabamentos tecnicamente perfeitos.

### **15. VISTORIA**

Poderá ser vistoriado o imóvel, local onde será executado o serviço descrito neste Termo de Referência, estipulada através desta Coordenadoria de modo a não correr o risco de subestimar a sua proposta, no entanto a vistoria prévia é facultativa.

A vistoria poderá ocorrer até 1 dia antes da sessão de Pregão.

Caso a EMPRESA considere desnecessária a visita técnica, obrigatoriamente deverá apresentar declaração de não vistoria técnica (ANEXO IX) deste Termo de Referência.

Considerando que a vistoria e demais procedimentos decorrentes visa resguardar a empresa de possíveis falhas na elaboração da proposta, a CRS-Sudeste em hipótese alguma aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento da infraestrutura da Unidade cujos serviços serão prestados/realizados, salientando que a empresa vencedora assumirá todos os ônus dos serviços decorrentes.

Os prazos e procedimento para a realização da visita técnica, caso a EMPRESA opte por realizá-la, deverão ser agendados com a CRS-Sudeste, dois dias antes do pregão.

O representante técnico da empresa deverá portar o CREA. Não será permitido que um mesmo preposto represente 02 (duas) ou mais empresas distintas.

A CRS-Sudeste poderá oferecer o Atestado de Vistoria Técnica (ANEXO VIII), mas esse não será requisito para habilitação do licitante.

A empresa se compromete a manter sigilo sobre todas as informações a que teve acesso em decorrência da vistoria realizada e ao seu término lhe será assinado pela CRS-Sudeste o Comprovante de Vistoria.

## **16. MEDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO**

Fica estabelecido um prazo de execução de até 60 dias corridos para entrega total do Objeto Contratado.

A medição poderá ser única no final ou em até 3 fases (à cargo da empresa optar).

O Prazo de Execução será considerado a partir da data da assinatura da Ordem de Início que ocorrerá de forma presencial nas dependências da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste.

Será avaliada apresentação intermediária da execução conforme cronograma elaborado pela CONTRATADA.

Em caso de necessidade de prazo maior para cumprimento, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa / proposta de ajuste de cronograma na primeira medição.

A justificativa deverá ser formalizada por e-mail ao Gestor do Contrato, com cópia à (ao) Fiscal do Contrato.

O prazo de retorno será o previsto nos termos da legislação.

A empresa deverá apresentar o documento RRT / ART, devidamente recolhido, com a comprovação do (a) Responsável Técnico (a) pelo Projeto Executivo de Reforma em até 03 (três) dias úteis a partir da data da Ordem de Início.

A cópia do RRT / ART, poderá ser encaminhada digitalmente desde que com a assinatura confirmada e pagamento reconhecidos pelos órgãos de classe CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

#### NOTAS:

RRT - Registro de Responsabilidade Técnica é o documento que comprova que um serviço técnico de Arquitetura ou Urbanismo, como um projeto ou obra, possua um profissional capacitado e habilitado pelo CAU responsável pelas atividades.

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica é o documento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo desenvolvimento de atividade técnica no âmbito das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/CREA.

## **17. TERMO DE RECEBIMENTO**

Caberá ao responsável pela Fiscalização inspecionar os serviços e, ao considerar o objeto do CONTRATO concluído, comunicar o fato à autoridade superior, mediante parecer circunstanciado, que servirá de base à lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.

O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO.

A CONTRATANTE assinará o Termo de Recebimento dos Serviços comprovando que foram entregues em conformidade conforme (ANEXO X)

## **18. FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

A Fiscalização dos trabalhos será feita por técnico (a) indicado pela unidade CONTRATANTE.

No documento correspondente a Ordem de Serviço, a unidade CONTRATANTE indicará o responsável pela Fiscalização, o qual manterá todos os contatos com a CONTRATADA e determinará as providências necessárias, podendo embargar os serviços, rejeitá-los no todo ou em parte e determinar o que deve ser feito.

## **19. DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1A empresa poderá realizar uma vistoria técnica, a fim de verificar as condições para a execução dos serviços, esclarecer quaisquer dúvidas que poderão surgir quanto ao escopo, garantindo dessa maneira o a plena execução do Objeto Contratado.

19.2 Nenhum argumento para inexecução será aceito por desconhecimento.

19.3 A empresa deverá se comprometer em respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas internas de segurança, higiene, utilização de áreas e demais normas gerais que dizem respeito à permanência e prestação de serviços por terceiros nas dependências da CRS-Sudeste.

19.4 A CONTRATADA deverá assumir total responsabilidade pela conservação das instalações, equipamentos e móveis e pelo ressarcimento de quaisquer danos que eventualmente venham a ocorrer, durante a execução do serviço. Todo material, ferramentas, equipamentos e mão de obra serão por conta da CONTRATADA, sem ônus algum para a CRS-Sudeste, bem como todas as



taxas, impostos, seguros, despesas com pessoal e encargos sociais que possam influir de forma direta ou indireta na prestação de serviços.

19.5 Deverá ser providenciada a desmontagem e a retirada de eventuais equipamentos existentes no local das instalações, sendo certo que todos os custos envolvidos deverão estar incluídos na proposta comercial a ser apreciada na realização do pregão.

19.6 A execução e elaboração dos serviços deverá ser acompanhada por Engenheiro registrado no CREA, que ficará também à disposição da equipe de Fiscalização para a resolução de outras questões técnicas relativas ao Objeto de Contratação neste Termo de Referência.

19.7 Efetuar a entrega do material, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas em Edital e neste Termo de Referência. Comunicar à Diretoria Administrativa da CRS-Sudeste e a Equipe de Manutenção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega ou de quaisquer das fases da execução do contrato, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

19.8 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da Licitação. Manter-se, durante toda a vigência do contato, em compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, inclusive no que se refere a validade da documentação exigida para a habilitação

19.9 A CONTRATADA deverá ser atender a relação dos serviços descritos neste Memorial, considerando-se os elementos da composição do caderno de critérios técnicos, assim como as determinações estabelecidas na planilha de encargos de EDIF.

19.20 Deverá seguir às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a composição do Projeto Executivo para a execução das atividades pertinentes à obra e principalmente das determinações da fiscalização.

19.21 A CONTRATADA deverá seguir a Resolução – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

( [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0050\\_21\\_02\\_2002.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0050_21_02_2002.html) )

19.22 A não citação específica de uma norma e ou especificação técnica em alguns itens, não elimina o cumprimento de outros elementos regulatórios aplicáveis a cada caso, que deverão ser, sempre que necessário, consultados.

19.23 Caberá à CONTRATADA a execução de todas as etapas do serviço, assim como, o fornecimento dos materiais, implementos, acessórios e equipamentos necessários à completa execução do objeto do contrato, além de fornecimento total de mão-de-obra, assumindo os encargos daí decorrentes.

19.24 Os documentos de engenharia deverão ser adequados aos requisitos constantes das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Quaisquer divergências entre as Normas Aplicáveis e/ou demais documentos, casos de omissão das normas ou casos sem cobertura de norma, em relação ao objeto de Termo de Referência, deverão ser comunicadas a CONTRATANTE que avaliará o caso, prevalecendo sempre a sua interpretação e indicação de procedimento a ser seguido.

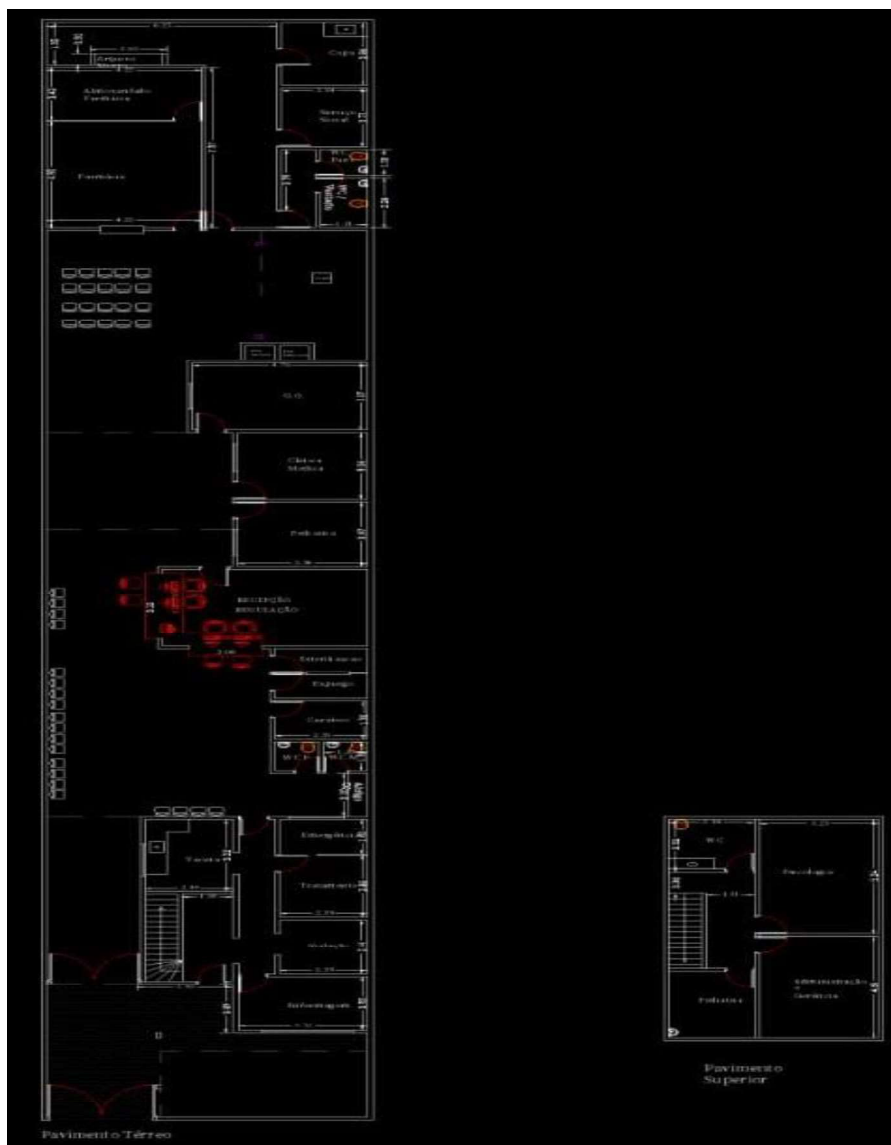
19.25 A CONTRATADA deve estar ciente que todos os requisitos constantes nas normas pertinentes ao escopo do presente Termo de Referência deverão ser seguidos.

19.26 Todas as alterações e/ou adequações que se fizerem necessárias, deverão ser discutidas com a Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste em conjunto Supervisão Técnica de Saúde Penha, na pessoa do fiscal do contrato ou outra previamente nomeada.

19.27 A CONTRATADA deverá seguir além da resolução RDC R50, as boas práticas comuns à consolidação do Projeto Executivo de Reforma da Arquitetura e Engenharias.

19.28 Eventuais dúvidas quanto à interpretação deste Termo de Referência, poderá consultar a DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO, da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, via e-mail crssudestedom@prefeitura.sp.gov.br ou por telefone (11)2915-1849 / (11)2915-1850.

19.29 Período de atendimento de segunda a sexta das 07:00 às 19:00 exceto feriados.





SMS - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste  
Endereço: Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga  
Telefone: +55 11 2591–3011 e 2061.7468  
Email: crssudestelicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

**ANEXO III - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
(dados mínimos de uso obrigatório por todas as proponentes)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**PROCESSO :**

**TIPO : MENOR PREÇO GLOBAL**

**OBJETO: Prestação de Serviços de....., conforme especificações constantes do Anexo II deste Edital**  
A empresa..... estabelecida no endereço....., inscrita no CNPJ sob nº ....., propõe executar para a Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste e suas Supervisões, o objeto da contratação em epígrafe, pelo(s) preço(s) e condições:

Referência, SIURB EDIF/INFRA - Custos Unit SEM Des, Julho/2025.

Local: Endereço:

ANTIGA UBS ENGENHEIRO TRINDADE  
Av. Gabriela Mistral, 1168 - Penha de França São Paulo - SP, 03701-001  
Data: BREVE

PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTO						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO R\$	CUSTO TOTAL PARCIAL R\$ %
1	1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
2	01-001-007	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA, INCLUSIVE CARGA MANUAL E DESCARGA EM BOTA-FORA	M3	4,00		
3	2	DEMOLIÇÕES				

4	02-050-003	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO SIMPLES	M3	0,40			
5	3	<b>VEDOS</b>					
6	04-001-071	ALVENARIA EM BLOCO CERÂMICO COMUM - 19CM	M2	12,50			
7	04-050-004	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA EM GERAL (TIJOLOS OU BLOCOS)	M3	0,78			
8	4	<b>COBERTURAS</b>					
9	06-002-005	TELHAS DE BARRO COZIDO - FRANCESA	M2	5,00			
10	06-002-022	TELHA ONDULADA CRFS 8MM	M2	5,00			
11	06-060-025	RETIRADA DE TELHAS EM GERAL, EXCLUSIVE TELHAS DE BARRO COZIDO, VIDRO E ESTRUTURAIS DE CRFS	M2	10,00			
12	5	<b>ESQUADRIAS DE MADEIRA</b>					
13	07-002-002	CONJUNTO DE FECHADURA DE CILINDRO, 55MM, TRÁFEGO INTENSO, MAÇANETA EM ZAMAC, GUARNIÇÕES EM AÇO, ACABAMENTO CROMADO - PARA PORTA INTERNA OU	UN	1,00			
14	6	<b>ESQUADRIAS METÁLICAS</b>					
15	08-001-040	PA.11 - PORTA EM ALUMÍNIO ANODIZADO, MEIO VIDRO, DE ABRIR, 2 FOLHAS	M2	12,60			
16	08-001-045	PA.16 - PORTA EM ALUMÍNIO ANODIZADO, VENEZIANA - ABRIR, 1 FOLHA	M2	1,89			
17	7	<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>					
18	09-002-011	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO ELETROLÍTICO, TIPO LEVE I - 3/4"	M	100,00			
19	09-003-005	CABO 2,50MM2 - ISOLAMENTO PARA 0,7KV - CLASSE 4 - FLEXÍVEL	M	200,00			

20	09-005-006	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EM CHAPA METÁLICA - PARA ATÉ 16 DISJUNTORES	UN	1,00				
21	09-007-061	PONTO COM TOMADA SIMPLES 110/220V - EM CONDULETE 3/4"	UN	10,00				
22	09-007-076	PONTO SECO PARA TELEFONE EM CONDULETE	UN	5,00				
23	09-007-095	PONTO DE LUZ - CONDULETE 3/4"	UN	1,00				
24	09-008-010	MINI DISJUNTOR - TIPO EUROPEU (IEC) - UNIPOLAR 6/25A	UN	3,00				
25	09-008-011	MINI DISJUNTOR - TIPO EUROPEU (IEC) - UNIPOLAR 32/50A	UN	1,00				
26	09-009-051	LUMINÁRIA COMERCIAL DE SOBREPOR COM DIFUSOR TRANSPARENTE OU FOSCO PARA 2 LÂMPADAS TUBULARES DE LED 18/20W - COMPLETA	UN	1,00				
27	09-010-056	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA AUTÔNOMA COM 30 LEDS E AUTONOMIA MIN DE 6H	UN	4,00				
28	09-052-031	REMOÇÃO DE LÂMPADA LED TUBULAR	UN	10,00				
29	09-082-081	LÂMPADA DE LED TUBULAR T8 - 18/20W	UN	10,00				
30	09-086-010	TOMADA RJ 45 PARA INFORMÁTICA COM PLACA	UN	5,00				
31	09-090-040	CABO UTP - CAT 6 - 4 PARES	M	100,00				
32	09-090-041	CRIMPAGEM DE CABOS COM CONECTOR RJ	UN	10,00				
33	8	<b>INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS</b>						
34	10-004-062	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 25MM (3/4")	M	6,00				
35	10-005-002	REGISTRO DE GAVETA, METAL AMARELO - 3/4"	UN	1,00				
36	10-009-031	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 50MM (2")	M	6,00				

37	10-010-001	RALO SECO DE PVC RÍGIDO, COM SAÍDA SOLDADA DE 40MM - DIÂMETRO 100MM	UN	1,00				
38	10-010-010	CAIXA SIFONADA DE PVC RÍGIDO - 100X150MM	UN	1,00				
39	10-011-001	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 33CM	M	5,00				
40	10-011-030	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 16CM	M	5,00				
41	10-014-003	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA USO GERAL, METAL CROMADO - 1/2"	UN	1,00				
42	10-014-040	CHUVEIRO ELÉTRICO AUTOMÁTICO, CORPO EM PVC CROMADO - 220V-2800/4400W	UN	2,00				
43	10-060-032	RETIRADA DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA	M	10,00				
44	10-060-035	RETIRADA DE APARELHOS SANITÁRIOS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	UN	2,00				
45	10-070-035	RECOLOCAÇÃO DE APARELHOS SANITÁRIOS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	UN	2,00				
46	9	REVESTIMENTOS						
47	11-002-001	CHAPISCO COMUM - ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3	M2	28,00				
48	11-080-005	REPAROS EM EMBOÇO - ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL E AREIA 1:4/12	M2	28,00				
49	11-080-006	REPAROS EM REBOCO - ARGAMASSA DE CAL E AREIA 1:2	M2	28,00				
50	11-002-029	AZULEJOS, JUNTA AMARRAÇÃO OU A PRUMO - ASSENTES COM ARGAMASSA COLANTE	M2	33,00				
51	11-080-001	REPAROS EM TRINCAS E RACHADURAS	M	10,00				
52	11-080-005	REPAROS EM EMBOÇO - ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL E AREIA 1:4/12	M2	10,00				
53	11-080-006	REPAROS EM REBOCO - ARGAMASSA DE CAL E AREIA 1:2	M2	10,00				

54	10	PISOS						
55	13-002-013	CONTRAPISO CONVENCIONAL COM ESPESSURA ATÉ 4 CM	M2	3,00				
56	13-002-042	PISO CERÂMICO ESMALTADO (PEI-5) - ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE	M2	8,00				
57	13-003-009	RODAPÉ CERÂMICO ESMALTADO PEIV 7CM À 10CM	M	5,00				
58	13-004-005	SOLEIRA PARA PORTA EM GRANITO CINZA SEM POLIMENTO (FOSCO)	M	1,00				
59	13-050-005	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSA, CERÂMICA OU SIMILAR INCLUSIVE ARGAMASSA DE REGULARIZAÇÃO	M2	2,00				
60	11	VIDROS						
61	14-001-003	VIDRO LISO COMUM, TRANSPARENTE INCOLOR - ESPESSURA 4MM	M2	5,00				
62	14-060-001	RETIRADA DE VIDROS ENCAIXILHADOS EM GERAL, INCLUSIVE LIMPEZA DO JANELA	M2	4,20				
63	12	PINTURA						
64	15-002-011	ESMALTE SINTÉTICO - ESQUADRIAS E PEÇAS DE MARCENARIA, COM EMASSAMENTO	M2	4,200				
65	15-050-003	REMOÇÃO DE PINTURA EM ALVENARIA E CONCRETO - LIXA	M2	200,000				
66	15-080-005	TINTA ACRÍLICA - REPINTURA DE ALVENARIA E CONCRETO COM RETOQUE DE MASSA	M2	745,90				
67	15-080-034	ESMALTE SINTÉTICO - REPINTURA DE ESQUADRIAS METÁLICAS	M2	42,00				
68	13	SERVIÇOS COMPLEMENTARES						
69	17-003-083	HV.20 - ABRIGO PARA LIXO EM ALVENARIA - REVESTIMENTO EXTERNO COM ARGAMASSA E INTERNO COM AZULEJOS	UN	2,00				





**SMS - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste**  
**Endereço:** Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga  
**Telefone:** +55 11 2591–3011 e 2061.7468  
**Email:** crssudestelicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

70	17-005-020	BARRA DE APOIO PARA DEFICIENTES L=45 CM (BARRAS COM DIÂMETRO ENTRE 3,0 E 4,5CM)	UN	1,00			
71	17-005-021	BARRA DE APOIO PARA DEFICIENTES L=80 CM (BARRAS COM DIÂMETRO ENTRE 3,0 E 4,5CM)	UN	1,00			
72	17-005-023	BARRA DE APOIO PARA CHUVEIRO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA (BARRAS COM DIÂMETRO ENTRE 3,0 E 4,5CM)	UN	1,00			
73	17-030-002	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2,00			
74	14	SERVIÇOS COMPLEMENTARES CPOS/CDHU					
75	02-309-050	Porta lisa com batente madeira - 90 /210	UM	1,00			
76	02-403-340	Tampa em chapa de segurança tipo xadrez, aço galvanizado a fogo antiderrapante de 1/4	m²	3,00			
77	03-206-240	Película adesiva jateada para vidros - uso interno	m²	20,00			

TOTAL PARCIAL SEM BDI	R\$	
TOTAL DE BDI	R\$	

TOTAL GERAL COM BDI	R\$	
---------------------	-----	--

LEGENDA:



**SMS - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste**  
**Endereço:** Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga  
**Telefone:** +55 11 2591–3011 e 2061.7468  
**Email:** crssudestelicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

UN- UNITÁRIO
GL- GLOBAL
m²-METRO QUADRADO
BDI-Benefícios E DESPESAS INDIRETAS (do inglês <i>Budget Difference Income</i> )
S/I - SEM INFORMAÇÃO
QTD- QUANTIDADE
EDIF- EDIFICAÇÕES
INFRA- INFRAESTRUTURA
Des- DESONERAÇÃO

**Obs. Apontar sem ou com desoneração. Apresentar Cronograma juntamente com a proposta.**

- Nos preços acima estão inclusos todos e quaisquer encargos devidos como tributos, taxas e demais pertinentes, inclusive encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais devidos aos profissionais que compõem os serviços contratados, tais como salários, 13º salário, FGTS, INSS, seguros de acidentes, assim como todo e qualquer previsto pela CLT, inclusive transporte e alimentação e outros quaisquer custos de qualquer natureza.
- A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.
- Declara, ainda, especificamente, que por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, disporá dos elementos necessários para cumprimento do contrato.
- Declara, outrossim, que por ser de seu conhecimento, se submete a todas as cláusulas e condições do Edital relativas a licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas complementares.

São Paulo, ..... de ..... de 202.....

\_\_\_\_\_  
(nome e assinatura do representante legal da proponente), RG, CPF, Cargo

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**PROCESSO :**

**TIPO : MENOR PREÇO GLOBAL**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE** **DE** **SERVIÇOS**  
**DE** ..... **conforme especificações**  
**constantes do Anexo II do Edital.**

**ANEXO III “A”**

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

<b>[posto] – Valor Unitário Mensal</b>			
<b>I - Salário estimado do profissional</b>			
	[posto]		
<b>II - Composição da remuneração</b>			
	Salário		R\$ -
	Outros (discriminar)		R\$ -
<b>Total da remuneração</b>			<b>R\$ -</b>
<b>III - Encargos sociais incidentes sobre a remuneração</b>			
<b>Grupo A - Encargos sociais básicos</b>			
A.01	INSS	%	R\$ -
A.02	FGTS	%	R\$ -
A.03	SESI / SESC	%	R\$ -
A.04	SENAI / SENAC	%	R\$ -
A.05	INCRA	%	R\$ -
A.06	SEBRAE	%	R\$ -
A.07	Salário Educação	%	R\$ -
A.08	Riscos Ambientais do Trabalho (RAT x FAP)	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo A</b>			<b>Σ % R\$ -</b>
<b>Grupo B - Encargos que recebem a incidência do grupo A</b>			
B.01	13º salário	%	R\$ -
B.02	Férias (incluindo 1/3 constitucional)	%	R\$ -
B.03	Aviso Prévio Trabalhado	%	R\$ -
B.04	Auxílio doença	%	R\$ -
B.05	Acidente de Trabalho	%	R\$ -
B.06	Faltas legais	%	R\$ -
B.07	Férias sobre licença maternidade	%	R\$ -
B.08	Licença paternidade	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo B</b>			<b>Σ % R\$ -</b>
<b>Grupo C - Encargos que não recebem a incidência do grupo A</b>			
C.01	Aviso Prévio Indenizado	%	R\$ -

C .02	Indenização Adicional	%	R\$ -
C .03	Multa do FGTS - funcionários ativos	%	R\$ -
C .04	Contribuição Social (LC 110/2001) - funcionários ativos	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo C</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Grupo D - Incidência do Grupo A sobre o Grupo B</b>			
D.01	Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo D</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Grupo E - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>			
E.01	Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	%	R\$ -
E.02	FGTS sobre afastamento superior 15 dias por acidente trabalho	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo E</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Grupo F - Incidência do Grupo A sobre o Salário-Maternidade</b>			
F.01	Encargos do grupo "A" sobre salário-maternidade	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo F</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Taxa Total de Encargos Sociais (A + B + C + D + E + F)</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>
<b>V - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais</b>			<b>R\$ -</b>
<b>VI – Insumos</b>			
	Uniforme		
	Manutenção de equipamentos		
	Auxílio Alimentação		
	Vale-transporte		
			<b>R\$ -</b>
<b>VII - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais + Insumos</b>			<b>R\$ -</b>
<b>VIII - Benefícios e Despesas Indiretas – BDI</b>			
	LDI	%	R\$ -
	Despesas Administrativas / Operacionais	%	R\$ -
	Outras despesas (discriminar)	%	R\$ -
<b>Total – Benefícios e despesas indiretas</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>
<b>IX - Tributação sobre o faturamento</b>			
	ISSQN ou ISS	%	R\$ -
	COFINS	%	R\$ -
	PIS	%	R\$ -
<b>Total - Tributos sobre o faturamento</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>
<b>X - Valor Total Geral</b>			<b>R\$ -</b>

Observações:

- a) A empresa contratada deverá apresentar uma planilha de custo para cada posto de trabalho constante do Anexo III - “Modelo de Proposta de Preços”;
- b) O percentual, a inclusão e a exclusão de cada item da planilha é de responsabilidade da Contratada;
- c) Os percentuais do item “III – Encargos Sociais” incidem diretamente sobre o item “Total da Remuneração”;
- d) Os percentuais do item “VIII - Benefícios e Despesas Indiretas – BDI” incidem sobre o item “VII - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais + Insumos”;
- e) Os percentuais do item “IX - Tributação sobre o faturamento” incidem sobre o item “X - Valor Total Geral”;
- f) O item “X - Valor Total Geral” refere-se à somatória de “VII - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais + Insumos”, “Total – Benefícios e despesas indiretas” e “Total - Tributos sobre o faturamento”;
- g) O item “X - Valor Total Geral” é o valor a ser importado para a planilha do Anexo III - “Modelo de Proposta de Preços”.



SMS - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste

Endereço: Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga

Telefone: +55 11 2591-3011 e 2061.7468

Email: crssudestelicitações@prefeitura.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**PROCESSO :**

**TIPO : MENOR PREÇO GLOBAL**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE DE ..... DE** **conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.**

**ANEXO IV**

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de \_\_\_\_\_ de 20...

---

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**PROCESSO:** XXXX.XXXX/XXXXXXXX-X

**TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO:** Prestação de Serviços de....., conforme especificações constantes do Anexo II deste Edital.

**ANEXO V**

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);

- 5)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7)** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8)** Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

(local do estabelecimento), de de 20...

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**PROCESSO :**

**TIPO : MENOR PREÇO GLOBAL**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE** **DE** **SERVIÇOS**  
**DE ....., conforme especificações**  
**constantes do Anexo II do Edital.**

**ANEXO VI**

**CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**(BALANÇO PATRIMONIAL)**

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

<b>Índice de Liquidez Geral (LG):</b>	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	<b>≥ 1,0</b>
<b>Índice de Liquidez Corrente (LC):</b>	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	<b>≥ 1,0</b>
<b>Índice de Solvência Geral (ISG):</b>	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	<b>≥ 1,0</b>



**SMS - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste**

**Endereço:** Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga

**Telefone:** +55 11 2591-3011 e 2061.7468

**Email:** crssudestelicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

## **ANEXO VII**

### **ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA**

\_\_\_\_\_ representante da SMS, atesto que  
a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no  
CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, através do Sr(a).  
\_\_\_\_\_, CREA nº  
\_\_\_\_\_ devidamente identificado, tomou conhecimento  
de todas as informações e das condições locais através de vistoria no local onde serão  
executados os respectivos serviços mediante inspeção e coleta de informações de todos  
os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na  
execução dos trabalhos pertinentes, não cabendo alegações, em qualquer época, de  
desconhecimento de estado, fatos ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a referida  
prestação ou o cumprimento de todas as obrigações.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome/RF: .

CRS-Sudeste

Ciente: \_\_\_\_\_

Representante da Empresa

Telefone:

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA**

Eu, \_\_\_\_\_ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins, que NÃO visitei o local onde será prestado o serviço CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E PITURA GERAL DA ANTIGA UBS TRINDADE, por opção própria, assumindo assim que CONCORDO com todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão \_\_\_\_\_ e seus Anexos, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.

São Paulo, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO)

CPF nº:

RG nº:

CREA nº

**ANEXO IX**

**TERMO DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

Processo: Contratada: Valor do Contrato: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) Data  
estabelecida na Ordem de Início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Prazo de Execução: dias Fiscal do  
Contrato: \_\_\_\_\_(nome e RF) OBJETO:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E PITURA GERAL DA ANTIGA  
UBS TRINDADE. A vistoria foi realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ com o  
acompanhamento do responsável técnico da contratada, CREA nº \_\_\_\_\_, Sr.  
\_\_\_\_\_ e Sr. \_\_\_\_\_ representante da unidade CRS-Sudeste,  
visando a verificação da conformidade da execução dos serviços em relação aos requisitos  
exigidos no Termo de Referência atendendo as especificações técnicas seguindo os  
seguintes procedimentos: a) Prestações de serviços não apresentam vícios ou defeitos  
visuais em relação aos padrões exigidos em edital; Obs.: Caso haja descumprimento  
contratual, \_\_\_\_\_ favor \_\_\_\_\_ informar \_\_\_\_\_ abaixo:

---

---

---

---

---

---

---

---

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Representante da Empresa:

Telefone:

Documento:

Representante Unidade:



SMS - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste

Endereço: Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga

Telefone: +55 11 2591-3011 e 2061.7468

Email: crssudestelicitações@prefeitura.sp.gov.br

## ANEXO X

### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – SEM DESONERAÇÃO

Referência. SIURB EDIF/INFRA - Custos Unit SEM Des, Julho/2025.

Local: Endereço:

ANTIGA UBS TRINDADE

Rua AV. GABRIELA MISTRAL, 1168 – PENHA DE FRANÇA, SÃO PAULO - SP, 04267-010

Data: 13/01/2026



Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste Divisão de Obras e Manutenção

Endereço: Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga

Telefone: +55 11 2063-7188 ou 2061-7468

E-mail: crssudeste@prefeitura.sp.gov.br

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E PINTURA GERAL DA ANTIGA UNIDADE CAPS INFANTO JUVENIL IPIRANGA.

Referência. SIURB EDIF/INFRA - Custos Unit SEM Des, Jul/2025.

Local: ANTIGA UBS TRINDADE

Data:

Endereço: Av. Gabriela Mistral, 1168 - Penha de França São Paulo - SP, 03701-001

13/01/2026

PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTO							
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO R\$	CUSTO TOTAL PARCIAL R\$	%
1	1	SERVIÇOS PRELIMINARES					
2	01-001-007	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA, INCLUSIVE CARGA MANUAL E DESCARGA EM BOTA-FORA	M3	5,00	163,19	R\$ 815,95	0,67%
3	2	DEMOLIÇÕES					
4	02-050-003	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO SIMPLES	M3	5,00	284,81	R\$ 1.424,05	1,17%
46	9	REVESTIMENTOS					
47	11-002-001	CHAPISCO COMUM - ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3	M2	180,00	7,64	R\$ 1.375,20	1,13%
48	11-080-005	REPAROS EM EMBOÇO - ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL E AREIA 1:4/12	M2	180,00	69,61	R\$ 12.529,80	10,27%
49	11-080-006	REPAROS EM REBOCO - ARGAMASSA DE CAL E AREIA 1:2	M2	180,00	36,3	R\$ 6.534,00	5,36%
51	11-080-001	REPAROS EM TRINCAS E RACHADURAS	M	100,00	50,82	R\$ 5.082,00	4,17%
52	11-080-005	REPAROS EM EMBOÇO - ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL E AREIA 1:4/12	M2	180,00	69,61	R\$ 12.529,80	10,27%
63	12	PINTURA					
64	15-002-011	ESMALTE SINTÉTICO - ESQUADRIAS E PEÇAS DE MARCENARIA, COM EMASSAMENTO	M2	250,00	62,65	R\$ 15.662,50	12,84%
65	15-050-003	REMOÇÃO DE PINTURA EM ALVENARIA E CONCRETO - LIXA	M2	1.595,00	7,62	R\$ 12.153,90	9,96%
66	15-080-005	TINTA ACRÍLICA - REPINTURA DE ALVENARIA E CONCRETO COM RETOQUE DE MASSA	M2	1.595,00	24,93	R\$ 39.763,35	32,60%



# SMS - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste

Endereço: Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga

Telefone: +55 11 2591-3011 e 2061.7468

Email: crssudestelicitações@prefeitura.sp.gov.br



## Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste Divisão de Obras e Manutenção

Endereço: Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga

67	15-080-034	ESMALTE SINTÉTICO - REPINTURA DE ESQUADRIAS METÁLICAS	M2	200,00	27,58	R\$	5.516,00	4,52%
68	13	SERVIÇOS COMPLEMENTARES						
73	17-004-001	LIMPEZA GERAL DA OBRA	M2	500,00	15,53	R\$	7.765,00	6,37%
74	17-030-002	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2,00	409,8	R\$	819,60	0,67%


TOTAL PARCIAL SEM BDI							R\$	121.971,15	100,00%
TOTAL DE BDI							R\$	24.528,40	20,11%

TOTAL GERAL COM BDI							R\$	146.499,55	120,11%
---------------------	--	--	--	--	--	--	-----	------------	---------

LEGENDA:	
UN-	UNITARIO
GL-	GLOBAL
m²-	METRO QUADRAO
BDI-	BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (do inglês <i>Budget Difference Income</i> )
SI-	SEM INFORMAÇÃO
QTD-	QUANTIDADE
EDIF-	EDIFICAÇÕES
INFRA-	INFRAESTRUTURA
Des-	DESONERAÇÃO

## ANEXO XI

### CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO



CIDADE DE

SÃO PAULO

SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBJETO :

REFORMA GERAL DE PINTURA

LOCAL:

Av. Gabriela Mistral, 1168 - Penha de FrançaSão Paulo - SP, 03701-001

TABELA:

EDIF/SIURB SEM DESONERAÇÃO

DATA-BASE:

JULHO 2025

DATA

13/01/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	DIAS			
			20	40	60	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	815,95	285,58	285,58	244,79	
			35%	35%	30%	
2	DEMOLIÇÕES	1.424,05	498,42	498,42	427,22	
			35%	35%	30%	
3	REVESTIMENTOS	38.050,80	13.317,78	13.317,78	11.415,24	
			35%	35%	30%	
5	PINTURA	73.095,75	25.583,51	25.583,51	21.928,73	
			35%	35%	30%	
6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	8.584,60	3.004,61	3.004,61	2.575,38	
			35%	35%	30%	
SUBTOTAL			121.971,15	42.689,90	42.689,90	36.591,35
BDI: 20,11%			24.528,40	8.584,94	8.584,94	7.358,52
TOTAL			146.499,55	51.274,84	51.274,84	43.949,86
TOTAL ACUMULADO			51.274,84	102.549,68	102.549,68	146.499,55



**SMS - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste**

**Endereço:** Rua Padre Marchetti, 557 – Ipiranga

**Telefone:** +55 11 2591-3011 e 2061.7468

**Email:** crssudestelicitações@prefeitura.sp.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**PROCESSO : #NUMEROPROCESSO**

**TIPO : MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE #OBJETO, conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.**

**ANEXO XII**

**MODELO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO  
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, INDICA como responsável técnico o profissional abaixo:

Nome do profissional: \_\_\_\_\_

CREA: \_\_\_\_\_

Vínculo profissional: \_\_\_\_\_

Local e Data

**Assinatura do representante legal da empresa**

Nome/CPF/RG